



PANORAMA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DE GOIÁS, 2013 A 2016

**Andre Luiz Goncalves Campos
Wilda Soares Lemos
Alcido Elenor Wander**

Resumo

Observa-se um cenário com ênfase atribuída aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas políticas públicas como uma das possibilidades para o desenvolvimento local ou regional. Nesta conjuntura, o objetivo deste artigo foi traçar um panorama histórico e analisar a participação dos entes públicos nas ações de apoio a arranjos produtivos no Estado de Goiás, sob a ótica dos investimentos realizados nos anos de 2013 a 2016 pelos gestores públicos em seu plano de desenvolvimento. A análise baseia-se em informações coletadas pelo sistema de informação de avaliação e monitoramento de APLs da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais (APLs). Desenvolvimento Regional. Planejamento. Investimentos.

1 Introdução

Segundo os trabalhos desenvolvidos pela Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), a abordagem metodológica de Arranjos Produtivos Locais (APLs) destaca o papel central da inovação e do aprendizado interativo, como fatores de competitividade sustentada, e constitui uma alternativa ao foco tradicional de setores econômicos e empresas individuais (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p.3). Neste sentido, arranjos e sistemas produtivos locais podem ser definidos da seguinte maneira:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas várias formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.



Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e organizacionais, gerando maior competitividade empresarial e capacitação social (LASTRES et al., 2002, p.13).

Os APLS em Goiás são constituídos por empresas que já desenvolviam uma forte atividade comercial antes mesmo da formação do arranjo. Alguns deles já haviam participado de outras políticas, como os programas: Plataforma Tecnológica do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) em 2000, e o SEBRAE Nacional em 2002. Foi com base no primeiro, por exemplo, que foram selecionados os dois arranjos produtivos pilotos em Goiás: o APL Farmacêutico de Goiânia-Anápolis e o APL de Grãos, Aves e Suínos da região de Rio Verde.

Em 2002 o SEBRAE nacional deu início a uma estratégia que incentivava o desenvolvimento de formas de apoio coletivo entre Médias e Pequenas Empresas (MPEs) localizadas num mesmo território. Esta estratégia “veio culminar na adoção de APLs como uma das prioridades da entidade a partir de 2002” (CASTRO, 2004, p.3). Foi neste contexto que o SEBRAE-GO “assumiu a coordenação dos esforços de articulação da indústria de confecções de Jaraguá. O APL Jaraguá logo se tornou referência nas discussões nacionais” (CASTRO, 2004, p.3).

Considera-se que exista uma diversidade de elementos, aspectos e caminhos para que vantagens competitivas sejam alcançadas para as empresas participantes de um aglomerado de determinado setor, sendo que o modo das empresas se organizarem é um deles, ou seja, a formação em APL pode se constituir em vantagem para as empresas e, conseqüentemente, para as regiões/localidades.

Para tanto, é importante que todos os participantes do APL busquem o monitoramento do ambiente de inserção como forma de reduzir as incertezas e vulnerabilidades, isso a partir de uma visão que englobe os aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos e institucionais, através de políticas públicas e ações empresariais coletivas, as quais articulem os diferentes atores em torno de objetivos comuns que resultarão em vantagens competitivas sustentáveis como forma de atingir um desenvolvimento local sustentado (MARTINS, 2008).



2 Análise dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado de Goiás

Organizadas as informações das listas de arranjos apoiados pelas diversas instituições no Estado, chega-se ao número de 59 APLs apoiados em Goiás. Esses arranjos abrangem todas as regiões de planejamento de Goiás, envolvendo 166 municípios de um total de 246 no Estado, sendo 26 segmentos como atividade produtiva principal.

O Quadro 1 apresenta 33 Arranjos Produtivos apoiados com políticas públicas em Goiás, desde o ano 2000 73 APLs já foram identificados no estado. Vale destacar os avanços ocorridos a partir de 2004, devido às ações da Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – RG-APL, é composta por diversas instituições, e possui como objetivo fortalecer a estratégia de desenvolvimento regional no Estado de Goiás.



Quadro 1: APLs Selecionados pela RG-APL em conjunto com a SED

	APL	Cidade Polo	Produto
a*	Lácteo de São Luis de Montes Belos	São Luis de Montes Belos	Leite e Derivados
a*	Lácteo da Região Norte	Formoso	Leite e Derivados
a	Lácteo das Águas Emendadas	Formosa	Leite e Derivados
a	Mel do Norte ^a	Porangatú	Mel
a	Apicultura da Serra da Dourada	Goiás	Mel
a*	Apicultura do Entorno	Formosa	Mel
a	Cachaça	Goiânia	Cachaça
a	Fitoterápico	Diorama	
a*	Cerâmica Vermelha do Norte	Porangatu	Cerâmica Vermelha
a	Metal Mecânico de Catalão	Catalão	
a*	Bananicultura de Buriti Alegre	Buriti Alegre	Banana
a*	Orgânicos da Grande Goiânia e Região	Goiânia	Orgânicos
a*	Açafrão de Mara Rosa	Mara Rosa	Açafrão
a	Tomate	Catalão	Tomate
a	Alho	Catalão	Alho
a	Mandioca e Derivados de Davinópolis	Davinópolis	Mandioca e derivados
a*	Mandioca e Derivados de Pires Belos	Pires Belos	Mandioca e derivados
a*	Mandioca e Derivados de Iporá	Iporá	Mandioca e Derivados
a	Mandioca e Derivados de Posse	Posse	Mandioca e derivados
a	Artesanato Mineral de Cristalina	Cristalina	Gemas e Jóias
b	Teares do Xixá	Itapuranga	APL Cultural
a	Carne da Microrregião de Jussara	Jussara	Carne
a*	Tecnologia da Informação e Comunicação	Goiânia	Software
c	Audiovisual e Games de Goiânia	Goiânia	Produtos Audiovisuais (TIC)
a	Fármacos de Anápolis	Anápolis	Fármacos
a	Confecção de Taquaral	Taquaral	Confecções – roupas em geral
a	Confecção de Itaquaru	Itaquaru	Confecções – roupas em geral
a*	Confecção Jaraguá	Jaraguá	Confecções - Jeans
a*	Confecção Itapuranga	Itapuranga	Confecções – roupas em geral
a*	Confecção de Catalão	Catalão	Confecções – roupas íntimas
b	Confecção de Pontalina	Pontalina	Confecções – roupas em geral
b	Confecção de Goiânia	Goiânia	Confecções – roupas femininas
a	HPPC	Aparecida de Goiânia	Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

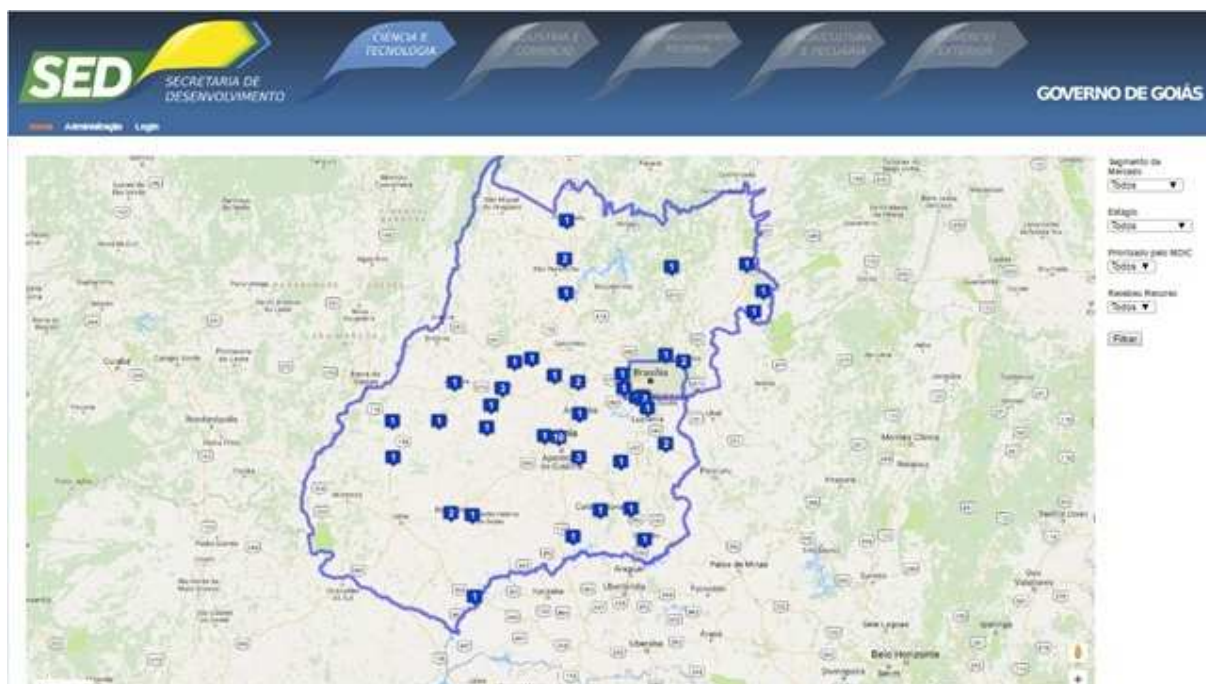


Figura 1: Tela do Sistema de Gestão de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) com a localização no Estados dos Arranjos Produtivos. Fonte: Elaboração Própria.

A Figura 1 mostra a distribuição dos APLs pelo território do Estado de Goiás através Tela do Sistema de Gestão de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), os arranjos apoiados, identifica-se que 18 são do segmento de agropecuária/agroindústria, 11 de indústrias e 4 de serviços/comércio. Os de agropecuária/agroindústria são poucos estruturados, valendo-se mais da produção familiar, principalmente da apicultura, mandioca, banana, açafrão e produtos lácteos. Nos classificados como indústria, predominam os de segmento tradicionais, tais como: confecções, cerâmica, metal mecânico. Destacam-se nos APLs industriais os de confecções nas mais diversas especialidades que representa 64%, um aumento de 14% desde o último levantamento realizado por Castro (2004). No setor de serviços/comércio, são 4, de variados segmentos.

Para melhor compreensão do Quadro 1, os Arranjos identificados com a letra (a) foram classificados como “articulados”, ou seja, são aqueles que possuem alguma forma de coordenação local definida, algum planejamento para a sua atuação e um histórico mínimo de ações de apoio ou de protagonismo local.



Já os que aparecem com a letra (b) foram classificados como “em articulação” são arranjos que estão sendo objetos de políticas de sensibilização e articulação inicial. Estão, ainda, classificados nessa última categoria alguns APLs que já contaram com certo nível de apoio e coordenação local, depois desarticularam, mas estão sendo ou serão objetos de retomada dos esforços de apoio e organização.

A letra (c) identifica os Arranjos apoiados pela ação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sem participação de instituições do estado.

Os que aparecem com o símbolo (a*) são os arranjos priorizados pela SED, que recebera, investimentos de 2013 a 2016, selecionados neste trabalho e que possuem Planos de Desenvolvimento Preliminares (PDPs) elaborados.

3 Atuação da Rede Goiana de Apoio aos APLs (RG-APL)

No Estado de Goiás, os Arranjos Produtivos Locais (APLS) são objetos de ação da Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED). Esta Rede foi criada em agosto de 2004, por intermédio do Decreto nº 5.990 (GOIÁS, 2004). A Rede é composta por 18 instituições, entre elas Secretarias de Estado, Agências e Universidades, e compreende um dos programas estruturantes do Sistema Goiano de Inovação (SIGO) da SED. A RG-APL tem por objetivo constituir e fortalecer os APLs, como meio para estabelecer, promover, organizar e consolidar a política estadual de inovação local. Objetiva, ainda, “apoiar e incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, estimulando ações nas cadeias produtivas de destaque no estado; armazenar dados, informações relativas aos APLs existentes e a serem implementados”

A seleção dos APLs é realizada pela RG-APL, levando-se em conta o nível de interesse do município na formação do APL, a capacidade de gestão do APL, bem como outros critérios de relevância regional, setorial, econômica e social. Selecionado o APL, dá-se início, passo a passo, ao processo de formação do Arranjo. Este processo mostra-se caracterizado por 11 passos (Quadro 2), quais sejam: 1) Mobilização dos atores locais ligados de alguma forma com o segmento; 2) Identificação de lideranças e demandas comuns; 3) Formalização do objeto da



proposta por meio de reuniões; 4) Procura de apoio institucional; 5) Agendamento de reunião de sensibilização com atores locais, a fim de nivelar o conhecimento e viabilizar uma agenda pró ativa; 6) Escolha de um conselho de gestor provisório; 7) Elaboração do Termo de Referência (TdR); 8) Estruturação do Fórum Permanente de Governança; 9) Elaboração do Planejamento Estratégico Vocacionado (PE); 10) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Preliminar (PDP); e 11) Elaboração de projetos e operacionalização dos encaminhamentos (GOIÁS, 2002).

Os três primeiros passos podem ser caracterizados como etapas iniciais de articulações do APL. No primeiro passo, produtores já associados institucionalmente entram em contato com a RG-APL, por meio de sua Secretaria Executiva, e formalizam a solicitação de apoio à formação do APL. Nos dois passos seguintes, formula-se um diagnóstico detalhado das principais características dos agentes envolvidos. Identificam-se os gargalos (demandas e necessidades) tecnológicos, de formação, qualificação e especialização de mão-de-obra, entre outros. Nas etapas seguintes, já entre o quarto e sexto passos, a formação do arranjo começa a ganhar um caráter institucional de cunho mais formal. Verificam-se solicitações de apoio institucional, realizações de reuniões de sensibilização com os atores locais, e escolha do conselho gestor provisório.

Quadro 2 - Onze passos para a formação de APLs

1. Mobilização dos atores locais ligados com o segmento	Etapas de <i>articulação inicial</i> , caracterizadas por um <i>nível baixo</i> de formalização do APL
2. Identificação de lideranças e demandas comuns	
3. Formalização do objeto da proposta por meio de reuniões	
4. Procura de apoio institucional	Etapas de <i>nível médio</i> de formalização do APL (“em consolidação”)
5. Agendamento de reunião de sensibilização com atores locais, a fim de nivelar o conhecimento e viabilizar uma agenda pró ativa	
6. Escolha de um conselho de gestor provisório	
7. Elaboração do Termo de Referência (TdR)	Etapas de <i>nível avançado</i> de formalização do processo de formação do APL (“consolidados”)
8. Estruturação do Fórum Permanente de Governança	
9. Elaboração do Planejamento Estratégico Vocacionado (PE)	
10. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Preliminar (PDP)	
11. Elaboração de projetos e operacionalização dos encaminhamentos	

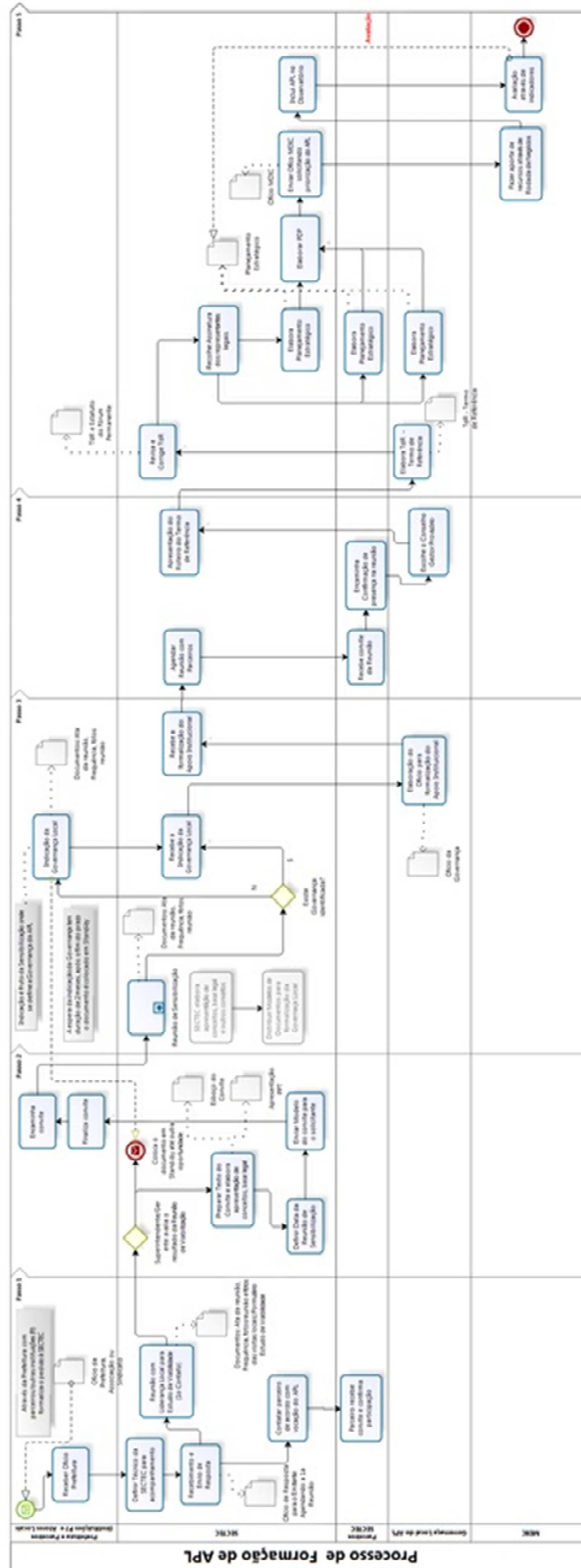


Figura 2: Processo de Formação de Arranjos Produtivos Locais Fonte: Elaboração Própria



O processo, ilustrado na Figura 2, tem por fim criar condições para que o APL atinja as etapas mais avançadas de estruturação (formalização) da sua formação. Trata-se dos passos de elaboração do Termo de Referência, criação da governança, confecção do PE e PDP, bem como da realização de projetos. O Termo de Referência consiste em “um documento sucinto em que se descrevem as características, histórico e situação crítica do grupo de produtores, bem como suas expectativas e alternativas para o desenvolvimento”. O PE, por sua vez, consiste em documento de caráter não apenas técnico, como também analítico. O PE “é efetuado por meio de ampla discussão do grupo, em que se ‘visualiza’ de forma coletiva o grau de desenvolvimento que se pretende alcançar, assim como a descrição das ações projetadas. O grupo é assistido por um facilitador experimentado. O produto final da atividade de Planejamento Estratégico consiste num documento que poderá ser utilizado para elaboração de projetos de captação de recursos de financiamento” . O PE é apresentado aos integrantes da RG-APL/GO com a presença de alguns agentes do APL.

Com base no Planejamento Estratégico, a RG-APL seleciona os APLs de melhor desenvolvimento. Os APLs selecionados deverão desenvolver um Plano de Desenvolvimento Preliminar (PDP), o qual será encaminhado ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (RGTP-APL), no âmbito do Governo Federal. O APL é apresentado para os representantes das 33 instituições que conformam o GTP-APL. Uma vez validado pelo RGTP-APL, o APL também passa a ser considerado como priorizado. Caso o APL não seja escolhido para apresentação GTP-APL, o Plano Estratégico continua sendo executado juntamente com a RG-APL. Note que embora as condições objetivas para a formação de cada arranjo já existam desde o início, os agentes, a organização da produção e a demanda de inteligência apresentava graus e condições diferentes de acordo com o APL que se queria formar quando o arranjo é proposto.

De modo que, embora em diferentes graus, o desafio de articulação evidenciar-se para cada APL após sua formação. Este desafio coloca-se tanto para os não-priorizados, como para os priorizados. O trabalho da RG-APL tem por fim, na prática, “estimular a cooperação entre capacidade produtiva local, instituições de pesquisa, agentes de desenvolvimento, poderes federal, estadual e municipal com vistas à



dinamização dos processos locais de inovação”. Por meio de consultorias e reuniões, a RG-APL passa a trabalhar com cada APL, respectivamente, estimulando várias parcerias entre o governo e a associação, e em áreas como assistência técnica de análise de produtos e financiamento, por exemplo. A organização e iniciativa dos empresários e agentes locais mostram-se fundamentais no processo. Uma das vantagens do APL é incentivar a troca de informações entre as próprias empresas, com as entidades de classe, governos e instituições de ensino e pesquisa. Essa interação incrementa as vantagens competitivas das empresas, resultando em estratégias de crescimento e desenvolvimento caracterizados pela competitividade e cooperação.

Em 2005, o GTP-APL priorizou como piloto o APL da Confeção de Jaraguá. Em 2006, foram priorizados mais 5 APLS goianos, a saber: Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos, Mineral de Pirenópolis, Moda Feminina de Goiânia/Trindade, Calçados de Goianira/Goiânia e Tecnologia da Informação de Goiânia/Aparecida de Goiânia. Os Planos foram validados previamente pelos membros da RG-APL na antiga SECTEC, e apresentados em dezembro de 2006 em reunião do GTP-APL, com a presença das Governanças dos APLS, Prefeitos e representantes das instituições da RG-APL.

Em dezembro de 2007 o Estado de Goiás já possuía 51 APLS inscritos, os quais se encontravam em distintos estágios de desenvolvimento. Havia 25 APLS em formação, 26 consolidados, 6 priorizados e 7 em priorização. Sendo que 55% dos APLS pertenciam ao ramo de agronegócios, 17% de vestuário, 6% de madeira e móveis, 6% de mineral, 6% de Turismo e Ecoturismo, 4% Farmacêutico, 2% de Jardins e Flores, 2% de Áudio Visual, e 2% de Tecnologia de Informação. Em 2006, 114 Municípios estavam envolvidos em APLS, chegando a 139 Municípios em 2007

Entre 2008 e 2009, verificou-se a priorização dos restantes dos APLS no estado. Conforme demonstra este relatório, bem como o trabalho de Castro (2004), atualmente o Estado de Goiás apresenta 59 APLS distribuídos em mais de 166 municípios e 26 segmentos, sendo que 12 deles encontram-se priorizados e possuem seu PDP.

Há que se ressaltar que a proposta de APL compreendeu uma nova forma de se promover ambos o desenvolvimento setorial e o regional em Goiás. A proposta não



apenas inseria os Arranjos na estratégia de atração de investimentos, como também se voltava para os segmentos antes excluídos do centro da política de desenvolvimento produtivo do Estado, dando atenção à agricultura familiar, pequena mineração, MPEs em segmentos tradicionais. (Castro, 2004). Ressaltava também a necessidade de formação de APLS localizados fora das regiões sul ou central do estado, onde se concentrava o desenvolvimento industrial e agrícola. A questão regional, que já havia voltado para a agenda do governo estadual desde 1999 (com os programas para o Nordeste, Norte, Entorno do DF – e mais tarde Oeste), fortalece-se mais com os APLS.

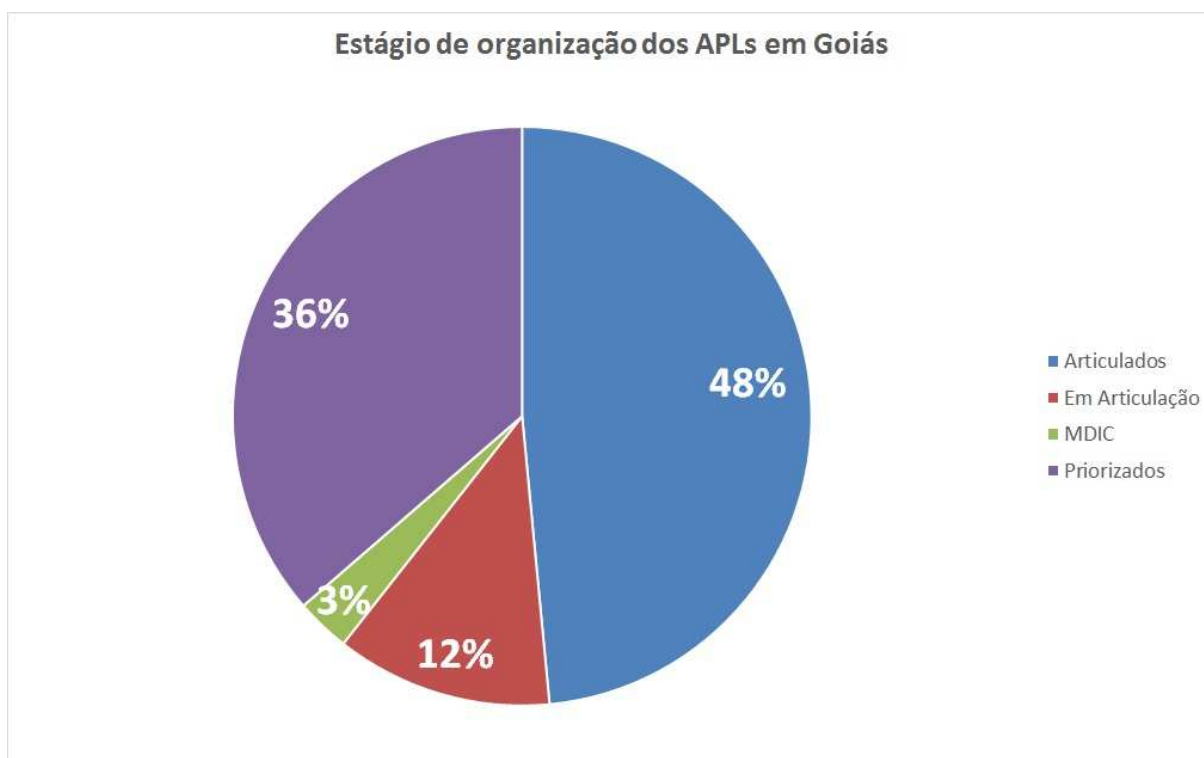


Figura 3: Estágio de organização dos Arranjos Produtivos Locais em 2016. Fonte: Elaboração Própria

No que se refere a configuração setorial atual dos APLS, 54,5% deles pertencem ao setor Agropecuário/ Agronegócios, 33,3% ao setor industrial e 12,1% ao setor de serviços. Dentro do setor da Agricultura/Agroindústria - baseado na pequena produção familiar - destacam-se os ramos da apicultura, aquicultura, lácteos, açafrão,



orgânicos, mandioca, ovinocaprino, fruticultura, floricultura, vitivinicultura e minhocultura. No que tange ao setor da Indústria, encontram-se confecções, calçados, móveis, quartzito, cerâmica vermelha, artesanato mineral e farmacêutico. Já em relação ao setor de Serviços, apresentam-se o Turismo, TI, saúde, audiovisual e música (Castro, 2004).

4 Panorama dos investimentos nos APLs no Estado de Goiás

Para a realização dos investimentos produtivos, as empresas necessitam de crédito para que suas intenções sejam efetivadas. Do ponto de vista empresarial, o crédito propicia a inovação e aquisição de máquinas e equipamentos, além de aumentar a capacidade do capital de giro, incentivando o aumento produtivo. Para o consumidor, o crédito também possui grande importância, na medida em que eleva a capacidade de compra e antecipa o consumo, o que pode estimular a produção e aquecer a economia.

Foi realizada uma avaliação sobre os investimentos dos recursos previstos para custeio ou financiamento das ações planejadas nos PDPs dos APLs. Isso permitiu indicar os valores totais orçados para cada PDP, assim como apontar um quadro geral sobre essas fontes para o conjunto dos 33 APLs. Dado o propósito de caracterização buscado neste artigo, as conclusões obtidas consistem nos próprios resultados apresentados ao longo do trabalho. Isso foi realizado por meio de tabelas analíticas e gráficos que permitem imediata expressão das características dos APLs.

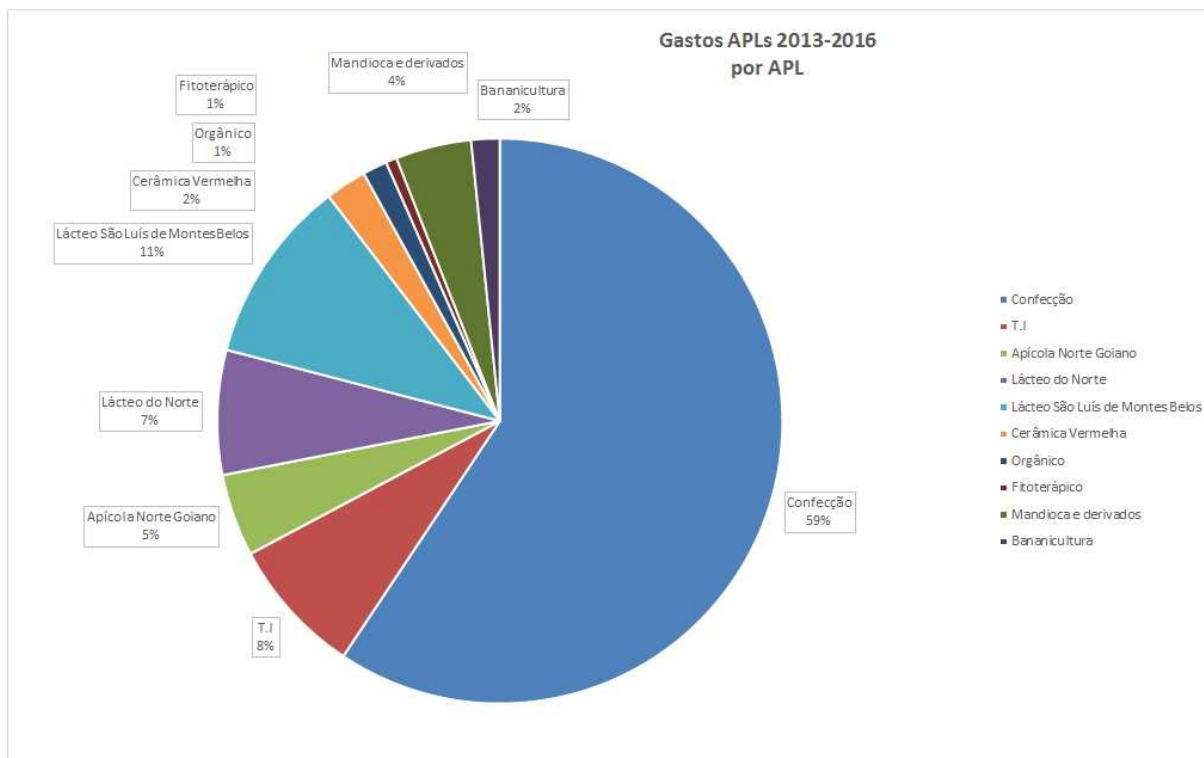


Figura 4: Gastos por Arranjo Produtivo Local no período de 2013 a 2016. Fonte: Elaboração Própria

A “Figura 4” apresenta os gastos por Arranjo Produtivo Local no período de 2013 a 2016, os resultados mostram que 59% dos gastos foram destinados ao APL de Confeção, aplicados em 6 APLs em 6 cidades, estes gastos envolvem a compra de equipamentos (96% da destinação dos gastos), 11% dos gastos foram destinados ao APL Látceo, em especial ao APL Látceo de São Luís dos Montes Belos, onde um laboratório de teste de qualidade do leite culminou com a criação de um curso superior na Universidade Estadual de Goiás (UEG), os demais APLs Lácteos receberam 7% dos investimentos. O APL de Tecnologia da Informação recebeu 8% dos gastos para investimentos em Laboratórios de Tecnologia, demanda gerada pela Governança, os APL restantes receberam os 15% restantes dos investimentos.

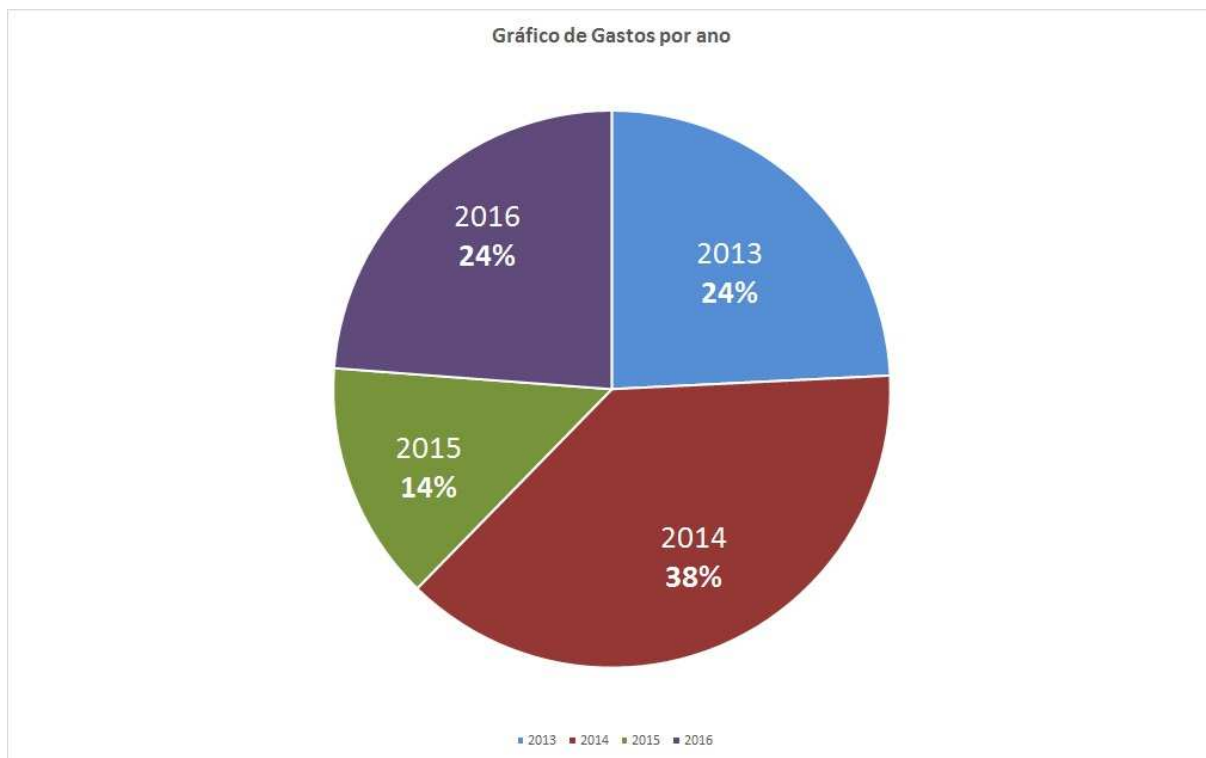


Figura 5: Gastos por ano no período de 2013 a 2016. Fonte: Elaboração Própria

Os principais resultados dos gastos levantados de 2013 a 2016 são apresentados nesta seção, a Figura 5 apresenta o percentual de gastos ano a ano, os resultados mostram que em 2014 onde houve 38% dos gastos coincidiram com o aporte financeiro do Banco do Brasil, mas após este aporte e com alterações nas Políticas de Investimentos, nota-se uma queda de gastos, em 2015 para 14% e um retorno, não muito considerável em 2016 para 24% dos gastos em APL, para os anos seguintes já existe algumas perspectivas de gastos, mas ainda incipientes e que dependem das ações governamentais para o setor.

Em 20 de Setembro de 2013 (GOIAS, 2013) visando mais um aporte de recursos conquistado em razão do ajuste fiscal, do equilíbrio de contas e do aumento da capacidade de endividamento do Governo do Estado, o governador assinou contrato com o Banco do Brasil (BB) para empréstimo de R\$ 1 bilhão 560 milhões, recurso que será investido em infraestrutura e projetos de diversas pastas do governo.

A primeira tranche do empréstimo foi liberada ontem, dia 19: R\$ 514 milhões. O projeto do Governo é investir R\$ 1 bilhão em infraestrutura rodoviária e o restante em



outras áreas. Do valor total do empréstimo, R\$ 1 bilhão e 46 milhões devem ser liberados pelo BB no próximo ano. Com este empréstimo o Governo de Goiás viabiliza recursos para projetos do VLT, centros esportivos, capitalização da Goiás Fomento, para a infraestrutura de turismo, melhoria da gestão fazendária, implantação do sistema digital da TV Brasil Central e para projetos de arranjos produtivos a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

5 Considerações Finais

Os resultados demonstraram que mesmo com a explícita vinculação do apoio aos APLs nas políticas públicas estaduais e federais (PPAs), a participação dessas instâncias governamentais foi pouco expressiva e insuficiente no plano de desenvolvimento do APL analisado. Ademais, ficou evidente uma maior participação do poder público estadual, tanto no número de ações como no aporte de recursos financeiros. Como encaminhamento, sugere-se uma investigação mais específica sobre as relações institucionais mantidas nesse cenário, visando compreender os entraves que estão impossibilitando uma maior aproximação entre o discurso e a prática.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

CASTRO, Sérgio Duarte. Mapeamento das aglomerações produtivas especializadas de Goiás. Identificação e caracterização de APLs potenciais do Estado. Goiânia: SEBRAE-Go, 2004.

LASTRES, H. M.; ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; LEGEY, L.; LEMOS, C. R.; SZAPIRO, M.; CASSIOLATO, J. E. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002.

MARTINS, F. M. A influência dos índices de desenvolvimento sustentável na competitividade sistêmica: um estudo exploratório no arranjo produtivo local de confecções em Campina Grande-PB. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



GOIÁS. Decreto nº 5.990, de 12 de agosto de 2004. Institui a Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais e dá outras providências. Diário Oficial, Goiás, GO, 17 ago.2004. Alterado pelo Decreto 8.682 Diário Oficial, Goiás, GO, 01 jul.2016.

GOIÁS. Passo a passo para a formação de APLs. 2002. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-03/passo-a-passo-para-a-formacao-de-apls.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

GOIÁS. Marconi assina contrato com BB para empréstimo de R\$ 1,56bi, 2013. Disponível em: < <http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/index.php/post/ver/166873/marconi-assina-contrato-com-bb-para-emprestimo-de-r-156bi>>. Acesso em: 07 mai. 2017.